

**A INTERVENÇÃO DE EQUIPAS
MULTIDISCIPLINARES PARA A
INTEGRAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
DE CRIANÇAS E JOVENS IMIGRANTES
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

**THE INTERVENTION OF
MULTIDISCIPLINARY TEAMS FOR
THE INTEGRATION AND SOCIAL
PROTECTION OF SOCIALLY
VULNERABLE IMMIGRANT CHILDREN
AND YOUTH**

Thais Matela

*Mestranda em Serviço Social ISSSL- Universidade Lusíada de Lisboa
Investigadora Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS)
ORCID ID: 0000-0002-3575-1328*

Inês Casquilho-Martins

*Professora Auxiliar ISSSL- Universidade Lusíada de Lisboa
Investigadora Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social
(CLISSIS) e no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)
ORCID ID:0000-0002-7407-848X*

DOI: <https://doi.org/10.34628/999d-0e74>

Data de submissão / Submission date: 30.04.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 30.09.2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo de natureza exploratória sobre a intervenção de equipas multidisciplinares com crianças e jovens imigrantes em risco. Os projetos e programas nesta temática têm se traduzido em ações e resultados que visam a melhoria da integração e a inclusão social de crianças e jovens imigrantes em territórios socialmente vulneráveis. O estudo elaborado centrou-se numa abordagem qualitativa através da realização de entrevistas semiestruturadas a profissionais inseridos em equipas multidisciplinares na área das migrações, infância e juventude, procedendo-se a análise de conteúdo categorial para o tratamento de dados. Os resultados permitiram identificar estratégias e métodos de intervenção com impacto positivo na integração social suportados por metodologias colaborativas e participativas, mas também referenciar limitações para as quais é urgente valorizar o papel central das crianças e jovens.

Palavras-Chave: Crianças e jovens em risco; Imigrantes; Integração Social; Intervenção Social; Vulnerabilidade social

Abstract: This article aims to present an exploratory study on the intervention of multidisciplinary teams with immigrant children and young people at risk. The projects and programmes in this area have been translated into actions and results aimed at improving the integration and social inclusion of immigrant children and young people in socially vulnerable territories. The study was based on a qualitative approach through semi-structured interviews with professionals working in multidisciplinary teams in the area of migration, childhood and youth, using categorical content analysis for data process. The results allowed us to identify strategies and intervention methods with a positive impact on social integration supported by collaborative and participatory methodologies, but also to refer limitations for which it is urgent to value the central

role of children and young people.

Keywords: Children and Young People at Risk; Immigrants; Social Integration; Social Intervention; Social Vulnerability

1. Introdução

Os compromissos políticos com a proteção e promoção de crianças e jovens imigrantes e descendentes de imigrantes seguem as linhas da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, homologada por Portugal no ano de 1990, que designa os direitos que devem ser garantidos a todas as crianças, ficando o Estado obrigado a protegê-las e aos seus direitos em prol de seu superior interesse (UNICEF, 2019). A Constituição da República Portuguesa garante em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um conjunto de direitos fundamentais que protegem a infância e à juventude. Designadamente, a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a última alteração pela Lei n.º 26/2018, de 05 de julho) ressalta que relativamente ao enquadramento específico nos domínios de promoção e proteção de crianças e jovens em risco, das quais os imigrantes também estão abrangidos, a centralidade no superior interesse da criança e do jovem surge no sentido da promoção e reconhecimento dos seus direitos.

É por fundamental proteger todas as crianças e jovens de cenários de risco e vulnerabilidade que podem originar perigo ou dano nas esferas do desenvolvimento global da criança ou jovem, na sua saúde, segurança, educação ou formação, entre outros. Os perigos estão associados ao abandono, aos maus-tratos, tanto físicos como psicológicos, aos abusos sexuais, à falta de cuidados físicos e emocionais, a falta de segurança e podem ainda estar relacionados aos consumos de diferentes substâncias (Montano, 2006). Assim, as crianças e jovens em perigo correm riscos limitadores das possibilidades de alcançar desenvolvimento efetivo e têm sua dignidade humana comprometida, uma vez que são expostas a pressões de vários tipos, tanto a nível afetivo, quanto físico e psicológico (Delgado, 2006).

Segundo Robertis (2011), o processo de avaliação diagnóstica da intervenção permite o conhecimento e a compreensão das diferentes situações, devendo ser feito de forma sistemática e organizada para garantir o desenho do processo de atuação. As entrevistadas referiram a necessidade de elaboração de um plano de ação para a operacionalização da intervenção para cada elemento da equipa, tendo em conta os resultados que pretendem alcançar com a intervenção. O plano de ação envolve intervenções diretas e indiretas. As diretas são realizadas pelos profissionais e suas equipas, enquanto as indiretas referem-se à introdução de outros elementos para a intervenção, nomeadamente aqueles que pertencem a uma rede de parceiros que podem fazer articulações importantes para que se consiga alcançar os objetivos (Robertis, 2011).

2. Metodologia

O presente estudo tem uma natureza exploratória, integrando uma dissertação de mestrado em Serviço Social que se encontra em curso, com o objetivo descrever e identificar as estratégias de intervenção social utilizadas por profissionais que trabalham com crianças e jovens imigrantes em risco. Neste artigo, o enfoque incide na dimensão da investigação centrada nas práticas das equipas de intervenção multidisciplinares com famílias imigrantes. Considerando a fase inicial de recolha de dados em que o estudo se encontra, foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas a uma amostra teórica intencional (Flick, 2005) de assistentes sociais em diferentes contextos de intervenção na Área Metropolitana de Lisboa. As participantes da amostra são todas do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 56 anos de idade. A experiência profissional varia entre os 4 e os 29 anos de intervenção com crianças e jovens imigrantes em situação de vulnerabilidade. A definição da amostra teve também como critério a intervenção ser realizada em equipas multidisciplinares com pelo menos um assistente social em permanência na equipa. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, sendo procedida à sua

transcrição integral e tratamento de dados por análise de conteúdo categorial (Guerra, 2006), permitindo sistematizar os resultados e cumprir com os objetivos de investigação.

3. Resultados

3.1. Finalidades da intervenção das equipas

Foi mencionado pelas entrevistadas a necessidade de uma elaboração de diagnóstico, sendo o diagnóstico inicial reconhecido como um momento importante onde podem perceber diversas situações de intervenção que muitas vezes extrapolam as competências ou funções a que estão alocados, sendo necessário fazer encaminhamentos para outros parceiros. Foram, ainda, referidas, por todas as entrevistadas, como finalidades da intervenção, a capacitação parental e proteção das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

A capacitação familiar é relatada como forma de colmatar necessidades existentes no sentido de conhecimento dos serviços existentes na comunidade que possam promover a proteção dos seus filhos ou para trabalhar a família no sentido de ser retirada a situação de perigo existente, através da consciencialização e acompanhamento das mesmas.

A capacitação também é indicada como suporte para a reintegração familiar, quando no trabalho com crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento se perspetiva o retorno à família. Há assim, um trabalho de intervenção com os agregados familiares para uma adaptação a nova realidade, bem como um trabalho intensivo com a criança ou jovem para que todos os envolvidos tenham possibilidade de reorganizarem-se para a nova realidade eminente. Quando a reintegração familiar já não é possível e o jovem tem condições de autonomização, esta é promovida pelas equipas, com períodos que dependem das necessidades de intervenção.

Também no que se refere a finalidades de promoção dos níveis de escolaridade para melhores oportunidades futuras, a integração ou reintegração escolar é uma das finalidades da intervenção de

muitos dos entrevistados que verbalizaram a necessidade de sua intervenção passar por trazer de volta os/as jovens para o ambiente escolar e estruturar seus projetos de vida.

O desenvolvimento de programas como os TEIP, o Programa Escolhas e as medidas de promoção de ações inclusivas nas escolas destacam-se como mecanismos importantes para garantir condições e recursos para atingir os objetivos de intervenção. Este projeto foram apontados como relevantes no domínio de uma ação inclusiva para prevenir e atuar perante a vulnerabilidade das crianças e jovens mais desprotegidos.

3.2. Condicionantes à intervenção

Todas as entrevistadas mencionaram que há uma grande falta de informação das famílias imigrantes que chegaram há pouco tempo ao território nacional no que toca aos seus diretos e dos/das filhos/as. Também neste sentido foi unanime que o desconhecimento do contexto legal pelas famílias das pessoas que chegam recentemente a Portugal, pois não conhecem as leis, os seus direitos e acabam por isolar-se. Uma das entrevistas afirmou que esta falta de conhecimento legal acaba por ser colmatada, de maneira informal, por migrantes do mesmo país que já se encontram em território nacional há mais tempo ou que sejam indicados para algum tipo de serviço também por estes compatriotas.

Quatro entrevistadas relataram uma dificuldade quanto à intervenção com crianças e jovens indocumentados, referindo-se à falta de documentação regularizada e registo nos serviços públicos. Uma delas afirma que precisou intervir com uma escola que negou vaga para uma criança imigrante por esta não estar legalmente em Portugal. Segundo o ACM, as escolas devem resolver a questão em caso de não ter vaga em seu próprio estabelecimento, procurando fazer o encaminhamento do aluno para outra escola da área e em última instância compete à DGESTE encontrar a solução. Aqui se juntam as barreiras linguísticas, mencionadas por quatro entrevistadas, que apresentam como um obstáculo na intervenção, principalmente quando as famílias são oriundas de países de língua não inglesa.

Quatro entrevistadas relataram também dificuldades na gestão intercultural principalmente quando a cultura dos intervenientes é muito diferente da cultura do país de destino e até mesmo divergente da legislação portuguesa, ou que põe em risco as crianças e jovens.

A falta de participação das crianças foi explícita e implícita exceto numa das entrevistas. Uma das entrevistadas relata que, no seu âmbito de intervenção, as decisões são sempre tomadas pelos adultos (técnicos, familiares, tribunal) e que, apesar de, em alguns casos as crianças e jovens serem ouvidos, a sua vontade nem sempre pode ser levada em consideração por se tratar de situações de perigo. Outra entrevistada revelou que, como trabalha com as famílias, as situações são trabalhadas com os adultos, numa lógica de capacitação parental onde as crianças não são envolvidas, ou por serem muito pequenas ou por serem jovens que não querem este tipo de intervenção.

A esta questão agrava-se a falta de reconhecimento dos direitos das crianças pelas famílias e o reconhecimento dos direitos legais das crianças e jovens, principalmente no que toca ao direito ao ensino. Duas assistentes sociais referiram esta questão.

Também a ausência de recursos foi referida por duas entrevistadas disseram que a falta de materiais e meios logísticos adequados, por vezes, dificultam sua intervenção. Uma delas relatou não ter um gabinete próprio para fazer atendimentos e que, muitas vezes, precisa ir para a rua com as famílias para poder abordar assuntos sensíveis. Por último, foi mencionada por três entrevistadas que revelaram sentimentos de frustração profissional quando no seu exercício, não conseguem atingir os objetivos a que se propuseram com a intervenção, sendo o reconhecimento de limites na própria atuação uma capacidade necessária.

3.3. Estratégias para a intervenção

Foram ressaltadas como estratégias promotoras de práticas positivas a realização de diagnóstico de necessidades para delinear as estratégias da intervenção com as famílias, tendo em conta algumas etapas desde o conhecer a família a articulação com outros técni-

cos e entidades parceiras. Foi revelado a necessidade de implicar a família no processo de intervenção desde o início da mesma. Este resultado vai ao encontro do que diz Ferreira quando afirma que a “possibilidade de novas formas de leitura e compreensão da sociedade, implicam uma nova prática profissional”. (Ferreira, 2012, p.193) Isto provoca a necessidade de reconfigurar e adaptar a prática profissional para que se estimule a mudança do seu papel, deixando de ser responsável pela gestão dos problemas individuais e familiares e envolvendo os diferentes atores sociais. Foi mencionado por duas entrevistadas que é preciso encontrar novas formas de intervenção.

O trabalho de proximidade com as famílias aparece como maior potencialidade estratégica neste tipo de prática. É fundamental fazer um trabalho de mediação com a população imigrante de forma a encontrar limites que respeitem suas culturas e identidades, mas que ao mesmo tempo não os coloquem em situação de marginalização. Isto só é possível com um trabalho desenvolvido quando o assistente social reconhece que existem conflitos de valores, considera que há diferenças culturais e que não poderá impor uma solução que gere ou aumente conflitos, e, sobretudo, consiga manter uma relação de proximidade para que haja trocas e possibilite o estreitamento dos laços, gerando confiança (Vázquez e González, 1996).

Recorrer a utilização de instrumentos de avaliação e a utilização de ferramentas existentes são vistas como preconizadoras de práticas positivas de intervenção, assim como o suporte às famílias, a articulação com outros parceiros ou técnicos de referência. Quatro entrevistadas revelaram a necessidade de utilização de instrumentos de avaliação da prática profissional. Duas utilizam instrumentos existentes e validados internacionalmente e três fazem uso de instrumentos próprios criados pelas equipas e/ou organizações. Uma das entrevistas revelou desconhecer a utilização de instrumentos formais de avaliação na sua entidade empregadora, afirmando que faz uso de um caderno para apontamentos.

Destacam ainda o atendimento integrado, a consciencialização parental e a resiliência dos técnicos como estratégias promotoras de práticas positivas, bem como a empatia e fortalecimento da relação.

Quanto às potencialidades centras nas crianças, jovens e famílias, três entrevistadas evidenciaram que percebem uma grande capacidade de resiliência por parte das crianças e jovens, diante das situações de vulnerabilidade em que se encontram ou mesmo ao comportamento de seus progenitores. Quatro entrevistadas revelaram que é preciso ter empatia profissional para que os resultados da intervenção sejam alcançados.

Três entrevistadas mencionaram, ainda, a importância da promoção da autoconfiança das crianças, jovens e famílias como estratégia de práticas positivas. Relatam que esta é das maiores potencialidades da intervenção com este tipo de população. Também as assistentes sociais revelaram que a possibilidade de aprender com outras culturas se torna uma mais-valia para a intervenção e que reconhecem que as pessoas que trabalham com migrantes deveriam aprender estratégias de intervenção com crianças e jovens.

Um dos pontos comuns em todo o discurso sobre a intervenção, centra-se na própria importância de o trabalho ser realizado em equipa e dos diferentes saberes que a integram. A promoção da melhoria das condições de vida, no acesso aos serviços e no apoio ao processo de integração social através de estratégias colaborativas entre equipas, profissionais e as famílias revela-se como uma combinação determinante para aumentar as potencialidades da atuação profissional. Um dos exemplos para lá do testemunho das entrevistadas são os programas e respostas sociais já referenciados e a sua exigência na congregação de diferentes áreas disciplinares, embora se revele que o Serviço Social não é uma das profissões vinculativas para o funcionamento destas equipas, sendo muitas vezes vagas na “área social” ou na área da psicologia.

Conclusão

O contexto português é marcado por uma diversidade de experiências, projetos e programas que utilizam o trabalho em rede para a intervenção social com crianças e jovens imigrantes e descendentes de imigrantes. Verificamos que a intervenção social pro-

cura a integração social assentando no princípio de igualdade de oportunidades para todos desde o nível socioeconómico ao nível cívico. Este processo tem como objeto grupos propensos a estarem à margem da sociedade com intuito de contribuir com a equidade de oportunidades para que estas pessoas possam ter vidas dignas, ativas e independentes. A intervenção social com foco na integração social tem em sua perspetiva a coesão social (Pires, 2012).

Os resultados permitiram identificar potencialidades e limitações no quadro político e própria intervenção social para a integração social de jovens e crianças imigrantes, apesar de serem referenciadas limitações pelas equipas. Neste domínio, as equipas mantêm como objetivos as bases de promoção da integração e desenvolvimento social e comunitário das famílias imigrantes, visando a proteção das crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade, em consonância com os programas e medidas vigentes. As práticas profissionais destas equipas contribuem para resultados positivos de integração e proteção no domínio da ação profissional, incidindo na promoção da melhoria das condições de vida, no acesso aos serviços fundamentais da sociedade e no apoio ao processo de integração social através de estratégias colaborativas entre equipas, profissionais e as famílias.

Ficam presentes diferenças étnicas e culturais a necessitarem de atenção na sociedade, onde, crianças e jovens imigrantes devem sentir-se acolhidos. Neste eixo surgem questões e reflexões sobre as diferenças em que o grande desafio é respeitá-las buscando um diálogo que possibilite conexão. A partir daí existe necessidade por parte dos profissionais de articulação em rede para propiciar a intervenção social com caráter de integração (Fleuri, 2005). Esse trabalho articulado deve acontecer desde os profissionais que atuam com intervenção direta com as crianças e jovens em situação de risco, até os que estão envolvidos de forma mais indireta.

This research was funded by national funds FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., grant number UIDB/04624/2020.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(Des) equilíbrios familiares: uma visão sistemática*. Coimbra: Quarteto.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das crianças da participação à responsabilidade – O sistema de protecção e educação das crianças e jovens*. Maia: Profedições, Lda.
- Ferreira, J. M. L. (2012). Trabajo Social, Servicios Sociales y Jóvenes, en Portugal. *Revista de Estudios*, 97, pp. 179-195.
- Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 16-35. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Montano, T. (2006). *Guia de orientações para Profissionais de Educação na Abordagem de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*. Obtido de Ministério da Educação MEC: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/_guias_guia_educacao.pdf
- Pires, R. P. (2012). O problema da integração. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, pp. 55-87.
- Robertis, C. (2011). *Metodologias da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- UNICEF (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Vázquez, O. A., & Gonzalez, M. V. (1996). Trabajo Social e inmigrantes. Las intervenciones del trabajo social. *Alternativas Cuadernos de trabajo Social*, pp. 111-119.